



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

PARECER: 949/2020 – G4P

ASSUNTO: ANÁLISE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00004885/2020-08-e

EMENTA:

1. DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM BASE NA LEI Nº 13.019/2014. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – SEDES/DF. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE APOIO E PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ATINGIDA PELAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS, COM A OFERTA DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS, ATENÇÕES E PROVISÕES MATERIAIS. TERMOS DE COLABORAÇÃO EMERGENCIAIS Nºs 1/2020 E 2/2020, CELEBRADOS COM O INSTITUTO TOCAR E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE. DECISÕES Nºs 1.394/2020 E 2.489/2020 PROFERIDAS NOS PROCESSOS Nºs 28.759/2016 E 7.743/2020. EXAME DE REGULARIDADE.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE DETERMINAÇÃO E CONCESSÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DA JURISDICIONADA.
3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. O presente processo foi autuado em cumprimento à determinação contida nos itens V.b da **Decisão nº 1.394/2020**¹ (e-DOC 5BD639F9; Peça nº 1) e I da **Decisão nº 2.489/2020**² (e-DOC 87A03DEA; Peça nº 4), proferidas nos autos dos Processos nºs 28.759/2016-e e 7.743/2020-e³, respectivamente, para o exame de regularidade dos **Termos de Colaboração Emergenciais nº 1/2020 e nº 2/2020** celebrados entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF e Organizações da Sociedade Civil – OSCs, **Instituto Tocar e Associação Beneficente Cristão Mãos Solidárias Sol Nascente**, em decorrência das Dispensas de Chamamento Público deflagradas pela SEDES/DF, sob a égide da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 37.843/2016, que regulamenta sua aplicação.

ML7

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator decidiu:

(...)

V – autorizar:

(...)

b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020;”

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator decidiu:

I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea ‘b’, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados;”

³ Ambos autuados para o exame de Termos de Colaboração celebrados entre a então SEDESTMIDH e diversas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, com o objetivo de realizar acolhimento institucional e proteção social para crianças, adolescentes, deficientes, idosos e moradores de rua em situação de vulnerabilidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

2. Consoante consignado na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307; Peça nº 26), os ajustes em questão são assim detalhados:

Contratante:	Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social
Termo de Colaboração Emergencial 01/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 911)	
Processo SEI-GDF	00431-00004214/2020-91 (e-DOC E93EE009)
Parceira/CNPJ	Instituto Tocar (CNPJ 04.510.481/0001-36)
Valor global da parceria ³	R\$ 3.339.897,87 (e-DOC E93EE009, pág. 1818)
Objeto	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e, ainda, assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme orientações expressas nas Notas Técnicas nº 11/2020-SUBSAS e 12 e no Plano de Trabalho. 200 vagas (e-DOC E93EE009, pág. 659)
Local da realização da parceria	Autódromo Internacional de Brasília (e-DOC E93EE009, pág. 1039)
Valor do Termo de Colaboração	R\$ 2.394.837,70 (e-DOC E93EE009, pág. 911)
Vigência do Termo de Colaboração	90 dias ou enquanto perdurar a situação de emergência da pandemia COVID-19. De 07/04/2020 a 06/07/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 912 e 1494)
Valor do Primeiro Termo Aditivo	Sem alteração de valor (e-DOC E93EE009, pág. 1442 e 1460)
Vigência do Primeiro Termo Aditivo	30 dias, de 06/07/2020 a 06/08/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 1497)
Valor do Segundo Termo Aditivo	R\$ 945.081,06 (e-DOC E93EE009, pág. 1819 e 1828)
Vigência do Segundo Termo Aditivo	60 dias, de 05/08/2020 a 05/10/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 1854)
Fundamento Legal	art. 24, III, do Decreto 37.843/2016 c/c art. 30, III, da Lei 13.019/2014, bem como Notas Técnica 11 e 12/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS e Parecer Técnico 5/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS. (e-DOC E93EE009, pág. 925 e 955)

Termo de Colaboração Emergencial 02/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)	
Processo SEI-GDF	00431-00005123/2020-73 (e-DOC BD9D0050-e)
Parceira/CNPJ	Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente (05.488.350/0001-62)
Valor global da parceria ⁴	R\$ 2.508.060,77 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 1020 e 1080)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Objeto	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências a ser instalado na região administrativa de Ceilândia, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento ao coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e, ainda, assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, e que será instalado na área de recuo do Estádio Regional de Ceilândia, situado na QNN 14, AE, Ceilândia - DF, pasta 0155/01, cedida, a título precário, pela Administração Regional de Ceilândia, conforme orientações expressas na Nota Técnica nº 15/2020-SUBSAS, no Pareceres Técnicos 7 e 10, Plano de Trabalho e aprovação do Plano de Trabalho. META: 200 vagas (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Local de realização da parceria	recuo do Estádio Regional de Ceilândia (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Valor do Termo de Colaboração	R\$ 1.639.127,87 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Vigência do Termo de Colaboração	90 dias por períodos sucessivos, enquanto perdurarem os efeitos das medidas de enfrentamento ao Covid-19 para a população em situação de rua. 11/05/2020 a 10/08/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Valor do Primeiro Termo Aditivo	R\$ 868.932,90 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 1080)
Vigência do Primeiro Termo Aditivo	2 meses – 09/08/2020 a 09/10/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 1079 e 1080)
Fundamento Legal	art. 24, III, do Decreto 37.843/2016 e no art. 30, III, da Lei 13.019/2014, bem como na Nota Técnica 15/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS, no Parecer Técnico 7/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS, Parecer SEI-GDF 93/2020 – SEDES/GAB/AJL (e-DOC BD9D0050-e, pág. 810)

3. Tendo em vista o objeto dos Termos de Colaboração Emergenciais nº 1/2020 e nº 2/2020, o exame realizado pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública obedeceu às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 333/2020, alterada pela Resolução nº 338/2020, que dispõe sobre a fiscalização pela Corte de Contas das contratações realizadas pelo Governo do Distrito Federal para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

4. Oportuno destacar que esse exame abrangeu também aspectos abordados na **Representação nº 11/2020–G4P** (e-DOC 3B097E26; Peça nº 11), formulada por esta Quarta Procuradoria, tendo em vista possíveis irregularidades na execução das despesas realizadas no âmbito do TC nº 1/2020, celebrado com o Instituto Tocar, conforme Ofício nº 331/2020-GAB DEP. JÚLIA LUCY (e-DOC E8569554; Peça nº 8).

5. A peça ministerial foi levada ao conhecimento do Plenário na Sessão Ordinária nº 5.227, de 23/9/2020, culminando na Decisão nº 4.084/2020 (e-DOC EE61584B; Peça nº 18), **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **conhecer da Representação nº 11/2020-G4P**, de autoria do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 3B097E26-e e anexos constantes dos e-docs 8C14BF22-e, E7A65C76-e, E8569554-e e 8C7A84A0-e), por preencher os requisitos de admissibilidade (art. 230, §1º, do Regimento Interno do TCDF); II – **autorizar: a) a***



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

inclusão dos fatos narrados no escopo dos exames de regularidade que estão sendo efetuados nos autos em apreço em atenção à Decisão nº 2.489/20; b) a ciência desta decisão ao autor da representação; c) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Deputada Distrital Júlia Lucy; d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para adoção das providências pertinentes.” (Grifos acrescidos).

6. Como resultado da verificação, a diligente Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, elaborou a Informação nº 71/2020-DIASP2, contendo percuciente análise, abordando os aspectos legais e operacionais das parcerias, em especial aqueles que se constituíram **achados**, elencados em Matriz (e-DOC B5C234FE; Peça nº 26), conforme a seguir:

1. Ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020;
2. Ausência de Justificativa para o “Modelo de Montagem Completa” adotado (TC 01/2020 e TC 02/2020);
3. Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília (TC 01/2020);
4. Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente (TC 01/2020 e TC 02/2020);
5. Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura de Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas (TC 01/2020 e TC 02/2020);
6. Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020);
7. Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado (TC 01/2020 e TC 02/2020);
8. Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência (TC 01/2020);
9. Falhas nas alterações do TC 01/2020;
10. Ausência de Atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (TC 01/2020 e TC 02/2020);
11. Ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020;
12. Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020.

7. A respeito desses apontamentos, o Corpo Instrutivo concluiu que:

“93. A presente análise teve como objetivo o exame da regularidade das Dispensas de Chamamento Público cujo objeto trata de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, com meta de atendimento de 200 pessoas simultaneamente.

94. A Secretaria de Desenvolvimento Social realizou duas Dispensas de Chamamento Público que culminaram na celebração dos seguintes ajustes:



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, celebrando entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar, cuja execução do objeto ocorreu no Autódromo Internacional de Brasília desde 07/04/2020 com previsão para atendimento até 05/10/2020. Valor global do ajuste: R\$ 3.339.897,87;
- Termo de Colaboração Emergencial 02/2020, celebrando entre a SEDES/DF e a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente, cuja execução do objeto ocorreu no Estádio Regional de Ceilândia, desde 11/05/2020 com previsão para atendimento até 09/10/2020. Valor global do ajuste: R\$ 2.508.060,77;

95. Em decorrência dos exames efetuados nos Processos GDF SEI 00431-00004214/2020-91 e 00431-00005123/2020-73, constatou-se necessidade de aperfeiçoamento das justificativas quanto a especificação do objeto, tais como: **informação sobre o local de realização do objeto do TC 01/2020; formalização da cessão de espaço público do TC 01/2020; motivação para adoção do modelo de montagem completa da estrutura física para realização do serviço; e, informações acerca da capacidade de atendimento existente na SEDES/DF que justifiquem a meta quantitativa apresentada para celebração das parcerias.** Os apontamentos apresentados nesta Informação demandam justificativas por parte do titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, em especial no que tange a adoção do modelo de parceria escolhido.

96. Quanto à **seleção das entidades parceiras**, os autos demonstram que os procedimentos de ajuste adotados no âmbito da SEDES/DF evidenciaram condições que **comprometeram a vantajosidade para a Administração Pública Distrital**, em especial quanto à **exiguidade temporal para apresentação das propostas** por parte das OSCs interessadas, bem como no que tange aos **critérios de seleção** que levaram à celebração do TC 01/2020, o que demanda justificativas por parte do titular da Secretaria de Desenvolvimento Social.

97. Com relação ao **valor global da parceria**, constatou-se a necessidade de justificativas do titular da SEDES/DF e das entidades Parceiras em virtude dos valores executados para instalação da estrutura terem ficado **acima do custo estimado**, bem como, no que se refere ao TC 01/2020, terem sido **dispendidos valores por pessoa atendida acima do valor referenciado pela SEDES** no Anexo I da Portaria 290/2017.

98. Ainda, com relação aos valores das parcerias, faz-se necessário que a Pasta justifique a **pendência de formalização das alterações relativas aos serviços e custos referentes ao Termo de Colaboração 01/2020** que implicaram em significativa redução do valor global da parceria, bem como demonstre detalhadamente todas as alterações efetuadas durante a execução do ajuste.

99. No que tange à **execução do objeto**, foram identificadas situações que necessitam de esclarecimentos do titular da Pasta, tais como, regularização das **inconsistências detectadas no 2º Termo Aditivo do Termo de Colaboração 01/2020, ausência de atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação nos dois ajustes celebrados e falta de informações mínimas sobre a parceria na página eletrônica da Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente.**

100. Por fim, importante destacar que a SEDES/DF deve disponibilizar à Corte de Contas acesso a todos os processos de termos de colaboração firmados com finalidade de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, conforme já determinado no item II da Decisão 2.489/2020.

101. Ressalta-se que foi identificado que o Centro de Convivência Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, gerido pelo Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social, conforme TC 02/2018 e aditivos, passou a acolher, desde de abril do presente



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

ano, 105 pessoas com finalidade de oferecer alojamento temporário para pessoas em situação de rua. Nesse sentido deve a Pasta conceder acesso imediato ao Corpo Técnico ao processo SEI GDF nº 00431- 0000010780/2018-18, e demais processos que tratem do tema.

102. Outrossim, deve ser dado conhecimento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, ao Instituto Tocar e à Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente acerca desta Informação, acompanhada da Matriz de Achados (e-DOC xxx) e dos Papéis de Trabalho 01 (e-DOC 9BE4CEE1) e 02 (e-DOC 5687C0D2), com fulcro no inciso V, do art. 248, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a fim de que se manifestem acerca das impropriedades apontadas pelo Corpo Técnico, apresentando circunstanciadas justificativas ou esclarecimentos pertinentes, em caso de discordância.” (Grifos acrescidos).

8. Ao final, sugeriu ao Tribunal:

“I – tomar conhecimento:

- a) dos procedimentos realizados para celebração e execução dos Termos de Colaboração Emergenciais 01/2020 e 02/2020 realizados pelas Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal no âmbito dos Processos GDF SEI 00431-00004214/2020-91 e 00431-00005123/2020-73 (e-DOC E93EE009 e BD9D0050).*
- b) da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e);*
- c) da Informação nº 71/2020-DIASP2 (e-DOC 42254307-e);*

II – com fulcro no inciso V, do art. 248, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conceder à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF, prazo de 15 (quinze) dias, para conhecimento e manifestação acerca das impropriedades contidas na presente Informação e resumidas na Matriz de Achados, devendo encaminhar documentação comprobatória no caso de discordância;

III - determinar à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que cumpra integralmente o determinado no item II da Decisão 2.489/2020, disponibilizando a Corte acesso integral aos processos administrativos de termos de colaboração que tenham sido firmados com o objetivo de dar apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, em especial, conceda acesso imediato ao Processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18 e demais processos que tratem de aditivos celebrados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social.

IV – autorizar o encaminhamento de cópias desta Informação, da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e), dos Papéis de Trabalho nº 01 (e-DOC 9BE4CEE1) e nº 02 (e-DOC 5687C0D2), do Relatório/Voto e da Decisão a ser proferida:

- a) à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no item II;*
- b) ao Instituto Tocar e a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente para se manifestarem, em 15 (quinze) dias, acerca das evidências apontadas nesta informação, caso tenham interesse.*

V – autorizar:

- a) a ciência da decisão que vier a ser proferida à Deputada Distrital Júlia Lucy;*
- b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para análise das manifestações.”*



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

9. A proposta contida na Informação nº 71/2020-DIASP2 contou com a anuência do Diretor da DIASP2 e do Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública. Dessarte, o presente processo foi encaminhado ao gabinete do Conselheiro Relator, por meio do Despacho nº 416/2020 – SEASP (e-DOC 0DBDB3B6; Peça nº 28), que, na sequência, remeteu-o ao MPC/DF para prolação de parecer.
10. É o relato. Passa o **Parquet** especial a analisar o feito.
11. Preliminarmente, importante destacar que, ao tempo que o MPC/DF **comunga** com o entendimento esposado pela Unidade Técnica na Informação nº 71/2020 – DIASP2, considera **pertinentes** as proposições consignadas pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública ao Plenário.
12. É cediço que a celebração de Termos de Colaboração, ao abrigo da legislação de regência, sobretudo da Lei nº 13.019/2014, visa à **consecução de finalidades de interesse público e recíproco**, mediante a execução de **atividades** ou de **projetos**, previamente estabelecidos pela Administração, com OSCs, com repasse de recursos financeiros. Trata-se de um caminho alternativo para que o Estado apresente **respostas inovadoras à sociedade**, a partir da disponibilização de serviços e assistência mais especializados e qualificados.
13. Todavia, a operacionalização dos Termos de Colaboração **não pode se distanciar dos ditames da legislação de regência**, em especial da Lei nº 13.019/2014. Ocorre que, **in casu**, os **achados** da equipe de auditoria do Tribunal revelaram **irregularidades** que depõem contra as parcerias firmadas pela SEDES/DF, publicadas no DODF de 28/4/2020 e 14/4/2020.
14. Os **Achados 1** (ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020); **2** (ausência de justificativa para o “modelo de montagem completa” adotado – TC 01/2020 e TC 02/2020); **3** (ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília - TC 01/2020) e **4** (ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente - TC 01/2020 e TC 02/2020) apontam para a **insuficiência das informações e justificativas** quanto à **Especificação do Objeto** das parcerias estabelecidas, consoante detalhado no **subitem IV.2** da Informação nº 71/2020 – DIASP2.
15. Vale mencionar, nesse contexto, que a Lei nº 13.019/2014 estipula, no § 4º do seu art. 32, que “a dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, (...), não afastam a aplicação dos demais dispositivos desta Lei.”
16. Desse modo, apesar da caracterização da situação de excepcionalidade causada pela pandemia do novo coronavírus para demonstrar a necessidade de celeridade para o acolhimento imediato da população de rua, além da informação acerca da insuficiência de vagas em serviços de acolhimento existentes para fazer frente à demanda identificada pela SEDES/DF, como fatores de justificativa do gestor para a opção dos procedimentos de **Dispensa de Chamamento Público** deflagrados e ora examinados, as informações que dão base à celebração dos Termos de Colaboração, contidas nas Notas Técnicas nºs 11, 12 e 15/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

– SEDES/SEADS/SUBSAS, conforme consignado pelo Corpo Instrutivo, **carecem** de **aperfeiçoamento** quanto à especificação do objeto.

17. Sobre a matéria, a Unidade Técnica, assim se manifestou:

“IV.2.1 – Não indicação da localidade de execução do objeto

36. Não constam das Notas Técnicas da SUBSAS, referentes ao TC 01/2020, a definição sobre o local de execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. A informação também está ausente nos Planos de Trabalho apresentados pelo Instituto Tocar, entidade selecionada para realização da parceria, bem como não é descrita no Termo de Celebração celebrado (e-DOC E93EE009, pág. 482/515, 650/758 e 911).

(...) os documentos não indicam o local destinado para as instalações da estrutura, nem mesmo mencionam se ocorreria em espaço público ou privado.

38. Registra-se que somente a partir do Relatório Técnico dos Gestores de Parceria, documento elaborado após um mês da assinatura do TC 01/2020, é que se tem o esclarecimento no processo de que a execução do objeto seria realizada no Autódromo Internacional de Brasília (e-DOC E93EE009, pág. 1039/1048).

39. Verifica-se que tal informação é um elemento essencial para que as entidades interessadas elaborassem propostas e, posteriormente, Plano de Trabalho, bem como deveria impactar a definição dos custos e da logística necessária para a execução do objeto do TC 01/2020. Não obstante, nenhuma das propostas e Planos de Trabalho apresentados contém informação sobre a localidade de prestação dos serviços ou estimativa de custos de locação de espaço ou similar. Deste modo, entende-se necessário que a SEDES apresente os devidos esclarecimentos.

IV.2.2 – Ausência de Justificativa para o ‘Modelo de Montagem Completa’ adotado:

40. Tanto nos autos do TC 01/2020 quanto do TC 02/2020 não constam das Notas Técnicas justificativas para adoção do modelo de montagem completa da estrutura física para a realização do Serviço de Proteção.

41. Os documentos que fundamentam a dispensa de chamamento público não indicam os motivos que levaram a administração a não abrir oportunidade para a participação de OSCs que já possuíam estrutura física pronta.

42. Também não constam justificativas para a não adoção de outras alternativas para o atendimento da população de rua, a exemplo: do programa do GDF ‘Sua Vida Vale Muito – Ação Hotelaria Solidária’; da habilitação de entidades já selecionadas em outros Chamamentos Públicos da SEDES/DF e que, eventualmente, tivessem interesse na execução do objeto; bem como da verificação dentre as OSC que já possuem Termos de Colaboração com a SEDES/DF sobre a possibilidade de ampliação do número de usuários (aumento da meta quantitativa).

43. Entende-se que tais modelos de contratação também atenderiam a demanda de forma célere e possivelmente representariam menor custo para os cofres públicos, pois nesses casos, não exigiriam instalações completas de estruturas físicas.

44. A ausência de justificativas para o modelo escolhido, bem como a limitação para seleção de OSCs que apresentassem Plano de Trabalho com previsão de montagem completa de estrutura, configura restrição à competitividade na seleção, bem como implicam em possível direcionamento do ajuste, contrariando o estabelecido no § 2º, art. 24 da Lei 13.019/2014 e art. 12 do Decreto 37.843/2016, necessitando, portanto, de esclarecimento por parte da SEDES/DF.

45. Ressalta-se que, conforme metodologia adotada no âmbito do TC 02/2020, as despesas com a instalação de estruturas para a realização do serviço dos dois ajustes



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

em exame representaram 36% do total de recursos financeiros públicos despendidos, somando um montante de mais de dois milhões de reais (PT 02, e-DOC 5687C0D2).

IV.2.3 – Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília

46. Nos autos do TC 01/2020 não constam documentos que demonstrem a permissão do GDF para a utilização da área do Autódromo Internacional de Brasília, bem como, faltam informações acerca de tratativas sobre o uso do espaço público tais como: local, área que será utilizada, valores cobrados, tempo permitido para o uso.

47. Nesse sentido, o processo não contém documentos que tratem sobre: definição acerca da ocupação de área pública necessária à execução da parceria, responsabilidades da administração pública e entidade privada quanto ao uso do equipamento público, cobranças de aluguel ou outros dispêndios realizados pela SEDES/DF ou pelo Instituto Tocar para utilização do espaço.

IV.2.4 – Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente

48. Nos processos referentes ao TC 01/2020 e TC 02/2020 há ausência de informações acerca da capacidade de atendimento já existente na SEDES/DF que justifique adequadamente a meta de atendimento para 200 pessoas. A Minuta do Plano de Trabalho da primeira Dispensa informa que ‘O Serviço Especializado em Abordagem Social identificou, no início de março de 2020, 1851 pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Não há vagas no serviço de acolhimento suficientes para garantir a proteção de toda essa população com a urgência necessária.’ (e-DOC E93EE009, pág. 347).

49. Em que pese a informação de vagas insuficientes para o acolhimento das 1.851 pessoas em situação de rua, frente às 780 vagas em serviços de acolhimento existentes (e-DOC E93EE009, pág. 876) não foram apresentados dados detalhados sobre os locais de atendimento existentes e a quantidade de vagas disponíveis na rede própria e nas entidades parceiras, a exemplo de documentos da Central de Acolhimento com o levantamento das vagas disponibilizadas nos Serviços de Acolhimento que são normalmente apresentados quando da celebração dos termos aditivos (e-DOC E93EE009, pág. 1306). Assim, os dados para justificativa da Dispensa foram insuficientes para demonstrar que as 200 vagas previstas pela SEDES/DF eram de fato necessárias. (...)’(Grifos acrescidos e no original).

18. Nesses aspectos, vale reforçar que qualquer falha ou lacuna nas informações da especificação do objeto pretendido com as parcerias e as condições detalhadas para sua execução, além de comprometer a **transparência** ao procedimento de seleção, pode **limitar a participação** de potenciais interessados em prestar os serviços e, ainda, caracterizar possível **direcionamento** do ajuste, expressamente vedado no art. 24, § 2º, da Lei nº 13.019/2014 e no art. 12 do Decreto nº 37.843/2016.

19. Desse modo, conforme proposto pelo Corpo Instrutivo, não tendo sido suficiente a especificação do objeto das parcerias e suas condições, é necessária a **oitiva da SEDES/DF** para **esclarecimento** quanto às lacunas identificadas no exame de regularidade.

20. No que diz respeito ao **subitem IV.3 – Da Seleção das Organizações da Sociedade Civil** da Informação nº 71/2020 – DIASP2, que abrange os **Achados 5** (exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura de Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas - TC 01/2020 e TC 02/2020) e **6** (falhas na definição dos critérios de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

seleção – TC 01/2020), novamente o Corpo Instrutivo identificou aspectos que **podem ter restringido a participação de interessados no estabelecimento das parcerias**.

21. Com efeito, malgrado a necessidade de celeridade para a realização dos ajustes, o lapso temporal entre a publicação dos Avisos de Dispensa de Chamamento e a apresentação das propostas, consoante detalhado no quadro 2 da instrução técnica, a seguir reproduzido, se mostrou **insuficiente** para que possíveis interessados, ainda sem ciência da parceria pretendida pela Administração Pública, pudessem tomar conhecimento do projeto e elaborar os Planos de Trabalho e propostas correspondentes, de modo adequado.

Quadro 2. Datas e prazos do Aviso de Dispensa e apresentação das propostas

	Local de publicação do Aviso	1º Aviso de Abertura de Dispensa de Chamamento Público	Recebimento das propostas	2º Aviso de Abertura de Dispensa de Chamamento Público	Recebimento das propostas
TC 01/2020	sítio da SEDES/DF	28/03/2020 – 18h30 (sábado)	até 12h do dia 29/03/2020 (domingo)	29/03/2020 – 19h10	entre 8h e 8h30 do dia 31/03/2020
	DODF	Edição Extra de 28/03/2020 (sábado)		Edição Extra de 30/03/2020	
TC 02/2020	sítio da SEDES/DF	14/04/2020 às 19h06	entre 17h e 17h30 do dia 15/04/2020	-	-
	DODF	Edição Extra do dia 14/04/2020		-	

Fonte: PT 01, item 4.3 do check list, e-DOC 9BE4CEE1; e-DOC E93EE009, pág. 368, 373, 427 e 434; e-DOC BD9D0050, pág. 373 e 375.

22. Outrossim, no que toca ao TC nº 1/2020, evidenciou-se que o critério “*menor prazo para instalação plena da capacidade de atendimento da meta*” previsto no item 15 da Nota Técnica nº 11/2020 da SUBSAS foi **preponderante** na escolha da proposta apresentada pelo Instituto Tocar, em relação ao critério menor valor global da parceria.

23. Nesse sentido, o Corpo Instrutivo destacou que a d. Procuradoria-Geral do DF alertou que a diferença entre as propostas no quesito tempo foi **poucos dias**, enquanto a **variação de preços foi relativamente alta**, conforme apresentado no quadro 3 da Informação nº 71/2020-DIASP2:

Quadro 3. Propostas aceitas pela SEDES/DF com vistas a celebração do TC 01/2020

Entidade	Prazo para instalação do serviço	Valor global da proposta
Projeto Assistencial Sementes da Esperança – PASES	7 dias	R\$ 2.017.506,88
Instituto Tocar	4 dias	R\$ 2.394.837,70
Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares – IECAP	7 dias	R\$ 2.752.046,13
Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias	11 dias	R\$ 2.014.475,58

Fonte: e-DOC E93EE009, pág. 442 a 642



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

24. Referidos achados, ao ver do MPC/DF, igualmente, merecem a oitiva da SEDES/DF, tendo em vista possível **direcionamento** na contratação dos ajustes.

25. No que se refere ao **valor global das parcerias (subitem IV.4 da Informação nº 71/2020 – DIASP2)**, que compreende os **Achados 7** (valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado - TC 01/2020 e TC 02/2020) e **8** (valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência - TC 01/2020), o exame de regularidade alcançou as **inconsistências** apontadas pelo **Parquet** especial na Representação nº 11/2020-G4P, tanto no tocante ao **pagamento a maior** por itens que deveriam ter sido adquiridos ao invés de locados, quanto em razão do montante de **investimento por usuário do serviço**, no caso do TC nº 1/2020, sem levar em consideração o **valor de referência** estabelecido na Portaria nº 290/2017 da SEDES/DF.

26. A esse propósito, oportuna a transcrição de excertos da Informação nº 71/2020-DIASP2:

“63. Com relação aos procedimentos adotados pela SEDES/DF com vistas à justificativas dos valores celebrados nas parcerias, consta dos processos analisados a realização de pesquisas de preços no âmbito da Administração Pública, Tabela FGV, preços de referência de Instituições especializadas no objeto da demanda e preços obtidos em sítios eletrônicos (e-DOC E93EE009, pág. 19/325 e eDOC E93EE009, pág. 17/295).

64. Por fim, foi elaborada Planilha Comparativa de Preços pela Gerência de Compras da SEDES/DF e utilizada em ambos os Processos, TC 01/2020 e TC 02/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 326/333; e e-DOC E93EE009, pág. 324/331).

IV.4.1 - Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado

65. Um dos itens tratados na Representação 11/2020-G4P diz respeito à identificação pela Deputada Distrital Júlia Lucy de possíveis irregularidades quanto à metodologia adotada pela Jurisdicionada para a cotação de despesas relacionadas à estrutura física do serviço que levou à celebração do TC 01/2020. Foi verificado que vários preços pesquisados pela SEDES/DF referiam-se à aquisição de itens, porém quando da estimativa dos custos dos ajustes a Pasta considerou que os itens seriam locados, apresentando cálculos para pagamento mensal dos materiais, ao invés de pagamento único, onerando assim o custo do serviço (peça 11, e-DOC 3B097E26).

66. A análise dos processos demonstra que, de fato, a elaboração da Planilha Comparativa de Preços da Gerência de Compras apresenta erros. Já que itens cotados com base em preços de aquisição, tais como: camas, travesseiros, roupeiro, ventiladores, mesa de escritório, impressora, computadores, entre outros, foram apresentados na Planilha com valores triplicados, tendo em vista a previsão de locação e não de aquisição, aumentado assim o valor estimado global da parceria.

67. Em que pese ter ocorrido a celebração do TC 01/2020 com base em estimativa com valores triplicados, essa irregularidade, dentre outras, foi detectada pelas gestoras de parceria, sendo solicitado a revisão de todo o planejamento orçamentário ao Instituto Tochar (assunto melhor detalhado mais a frente nessa Instrução) (e-DOC E93EE009, pág. 1026/1032).

68. Com finalidade de verificar a adequação dos valores executados pelas parcerias, procedeu-se a comparação entre os valores totais estimados pela SEDES/DF para locação/aquisição dos itens necessários para instalação da estrutura e os valores executados pelas Instituições (PT 02, e-DOC 5687C0D2).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

69. A análise demonstrou que a execução do TC 01/2020 apresentou custos acima do estimado para 17 dos 26 itens elencados pela SEDES/DF, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 4. Valor total estimado versus valor total executado por item do TC 01/2020

	Itens para Instalação da Estrutura do Serviço	Quantidade	Condição do item conforme pesquisa de preços	Valor estimado para 6 meses R\$ (A)	TC 01			
					Quantidade executada	Condição do item	Valor executado R\$ (B)	% (B/A)-1
1	Banheiros	5	locação	189.000,00	15	locado	67.500,00	-64%
2	Estações de banho	5	locação	81.932,40	12	locado	64.800,00	-21%
3	Dormitório	50	locação	849.321,00	50	locado	323.234,00	-62%
4	Cama	200	aquisição	62.506,00	220	locado	98.999,98	58%
5	Armário	50	aquisição	19.920,00	50	locado	25.200,02	27%
6	Tenda galpão	1	locação	77.697,00	1	locado	189.000,00	143%
7	Tenda piramidal	2	locação	23.453,28	2	locado	81.400,00	247%
8	Tapume	350	locação	73.500,00	350	locado	38.000,00	-48%
9	Grades de delimitação	750	locação	63.135,00	750	locado	40.600,00	-36%
10	Mão de obra para montagem hidráulica	1	aquisição	12.307,68	1	adquirido	20.148,44	64%
11	Material para montagem hidráulica	1	aquisição	12.307,68	1	adquirido	21.376,77	74%
12	Mão de obra elétrica	1	aquisição	13.135,62	1	adquirido	32.664,85	149%
13	Material elétrico	1	aquisição	13.135,62	1	locado	56.730,23	332%
14	Suporte para galão de água	50	locação	5.329,80	7	adquirido	175,00	-97%
15	Ventiladores	50	aquisição	4.958,00	50	locado	24.300,00	390%
16	Sala equipe técnica	1	locação	13.088,70	1	locado	7.500,00	-43%
17	Sala da coordenação / administração	1	locação	13.088,70	*	*	R\$ 0,00	-100%
18	Sala da equipe de trabalho	4	locação	52.354,80	*	*	R\$ 0,00	-100%
19	Mesa escritório	12	aquisição	3.587,64	12	locado	3.672,00	2%
20	Cadeira de recepção	24	aquisição	1.997,52	24	locado	3.672,00	84%
21	Computador com monitor	4	aquisição	4.770,52	4	locado	11.880,00	149%
22	Impressora	2	aquisição	1.900,60	2	locado	9.612,00	406%
23	Máquinas de Lavar	5	aquisição	6.714,75	5	locado	26.100,14	289%
24	Secadora	5	aquisição	7.918,30	5	locado	24.300,00	207%
25	Geladeira	3	aquisição	6.739,08	3	locado	10.800,00	60%
26	Micro ondas	3	aquisição	1.533,00	3	locado	2.700,00	76%

Fonte: PT 02, e-DOC 5687C0D2

* não consta o item do Plano de Trabalho apresentado à página 1802, porém consta o item no primeiro Plano de Trabalho aprovado pela SEDES/DF, pág. 671, e-DOC E93EE009.

70. Ressalta-se que no Planejamento Orçamentário no último Plano de Trabalho aprovado pela SEDES/DF do TC 01/2020 estão ausentes os custos do Instituto Tocar realizados para locação de estrutura para sala da coordenação e sala da equipe de trabalho (itens 17 e 18 do quadro 04). Sabe-se que tais custos existem, pois foram apresentados no Primeiro Plano de Trabalho aprovado, constante à página 671, e-DOC E93EE009. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecimentos por parte da SEDES/DF sobre a ausência dos itens no último Planejamento Orçamentário apresentado pela OSC.

71. Registra-se que não constam nos autos do TC 01/2020 documentos que demonstrem que a SEDES/DF realizou exame de compatibilidade dos custos indicados no Plano de Trabalho com os valores praticados no mercado, deixando de cumprir o disposto no §3º do art. 28 do Decreto 37.843/2016, art. 23, parágrafo único, inciso IV da Lei 13.019/2014 e art. 26, inciso IV da Portaria 290/2017. Além disso, consta na Nota Técnica 5/2020 da Coordenação de Proteção Social Especial, sugestão para que as



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

áreas competentes da SEDES/DF realizassem a apreciação dos valores aprovados para celebração do TC 01/2020 (e-DOC E93EE009, pág.1723).

*72. No que tange aos **bens locados versus adquiridos**, após questionamento apresentado pelas Gestoras de Parcerias ao Instituto Tocar, por meio do Ofício 004/2020, a entidade esclareceu que, tendo em vista o fechamento do comércio em função das medidas adotadas para contenção da pandemia de Covid-19, a **Instituição optou pelo aluguel dos produtos**, conforme colacionado a seguir: (e-DOC E93EE009, pág.1059/1074).*

Resposta: Em resposta ao questionamento sobre custos de produtos superiores aos praticados de mercado, apresentamos tabela de valores dos itens que foram alugados em comparação a opção de aquisição desses mesmos itens, baseado em valores de mercado em pesquisa de sites populares da internet (Magazine Luiza, Ponto Frio, Casas Bahia, Lojas Americanas), demonstrando que o custo de aquisição é superior ao custo de aluguel durante os 3 meses do projeto. Dessa forma é possível notar que houve uma economia de mais de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) por se optar pelo aluguel ao invés da aquisição desses produtos.

Vale ressaltar que devido a pandemia de Covid19 não possuíamos disponibilidade de locais para aquisição dos itens citados, comércio estava fechado, várias indústrias tinham parado suas produções, e como tínhamos urgência em dar celeridade a mobilização de todos os itens tivemos que recorrer ao que estava disponível no momento, dessa forma optou-se pelo aluguel dos produtos, que por meio da tabela comparativa é possível verificar que esta opção foi a mais econômica.

Todas as imagens com os valores de mercado encontrados na internet com os respectivos endereços eletrônicos dos sites, estão em anexo.

Fonte. Ofício 4/2020- Instituto Tocar, e-DOC E93EE009, pág. 1074

73. No Planejamento Orçamentário do último Plano de Trabalho aprovado do TC 01/2020, páginas 1705 a 1710, e-DOC E93EE009, constam as informações dos itens alugados pelo Instituto Tocar.

*74. Quanto aos esclarecimentos da OSC relativos à **economicidade da locação** dos itens, verifica-se que **não refletem à realidade** pois, conforme análise comparativa constante do quadro 4, **para todos os itens que a SEDES realizou pesquisa de mercado considerando o custo de aquisição mas que a OSC acabou realizando a locação, os valores executados com locação foram superiores aos estimados pela Pasta, portanto, antieconômicos.***

*75. Em relação aos Planos de Trabalho apresentados pela **Instituição Mãos Solidárias, TC 02/2020**, verificou-se que dos 26 itens necessários para instalação da estrutura, em **8 os custos executados ficaram acima dos valores estimados pela SEDES/DF**. Além disso, **não é possível identificar a condição de 9 itens, se foram locados ou adquiridos, (...).***

*76. Confrontando os valores despendidos no TC 01/2020 e no TC 02/2020 (quadros 4 e 5), verifica-se que os **gastos com mão de obra e material hidráulico e elétrico do TC 01/2020 (itens 10 a 13 do quadro 4) são altos quando comparados com os valores estimados pela SEDES/DF**, bem como, quando comparado com os gastos realizados no TC 02/2020 (itens 10 a 13 do quadro 5).*

*77. A **irregularidade também foi identificada pelas Gestoras da Parceria, sendo que as justificativas apresentadas pela OSC foram encaminhadas para apreciação e manifestação da Subsecretaria de Administração Geral** (e-DOC E93EE009, pág.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

1687). Porém, até a data de conclusão das análises documentais, 08/09/2020, não constavam do processo manifestações da Subsecretaria.

78. É sabido que há itens que tiveram seus valores estimados com base em aquisição (a exemplo de geladeira, impressora, microondas) e foram locados pelo Instituto Toccar, conforme já explanado. Porém é necessário que a administração pública verifique item a item, nas duas parcerias, o valor efetivamente pago pelas OSCs (Notas Fiscais) no que tange às locações e aquisições dos itens de instalação de estrutura, bem como solicite justificativas sobre os gastos que ocorreram com sobrepreço, conforme demonstrado nos quadros 4 e 5.

IV.4.2 – TC 01/2020: Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência

79. Quanto à estimativa de preços que deu base a celebração do TC 02/2020, a SEDES/DF utilizou os mesmos valores pesquisados para realização de estimativa da primeira Dispensa, porém para chegar ao valor global foram adotados critérios diferenciados em relação a seleção anterior.

80. Conforme Nota Técnica 15/2020 da Subsecretaria de Assistência Social o teto para execução do objeto foi estimado no valor de R\$ 1.841.377,15, sendo que 47% desse valor refere-se ao custo para instalação da estrutura do serviço (e-DOC E93EE009, pág. 362).

81. Para as despesas relacionadas ao custeio com material de consumo, pessoal e demais serviços de terceiros, o valor estimado foi calculado com base no valor de referência estabelecido no Anexo I da Portaria 290/2017, item Proteção Social Especial de Alta Complexidade, subitem Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional. O documento prevê custo de R\$ 1.620,73 por pessoa atendida por mês (PT 05, pág. 19, e-DOC 8A9FFF43).

82. Tendo em vista a alteração de critérios para estimativa de despesas com mesmo objeto de execução, o MPJTCDF, buscando verificar a adequada gestão dos recursos públicos adotou os mesmos parâmetros da Dispensa de Chamamento Público do TC 02/2020 para estimar os valores do TC 01/2020. Concluiu o Órgão Ministerial que, no caso do TC 01/2020, o dispêndio mensal, por vaga atendida, foi estimado em R\$ 2.725,77, ou seja, acima do valor de referência da Portaria 290/2017 (peça 11, e-DOC 3B097E26).

83. Nesse sentido, o Parquet solicitou a atuação do TCDF com finalidade de **apuração de prejuízo** decorrente da execução das despesas no âmbito do TC 01/2020, tendo em vista o **possível pagamento por pessoa atendida/mês acima do valor de referência** para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional.

84. A análise documental dos processos demonstra que durante a execução do objeto houve diversas alterações nos correspondentes Planos de Trabalho, com a finalidade de alteração do Projeto para a adequada execução do serviço, bem como para a apresentação de novas propostas para prorrogações de vigência das parcerias. Nesse sentido o TC 01/2020 sofreu duas prorrogações de prazo, com vigência total de 180 dias (6 períodos). Por sua vez, o TC 02/2020 foi prorrogado por uma vez, com vigência de 150 dias (5 períodos), conforme dados apresentados no quadro 1 dessa instrução.

85. Assim, com a finalidade de verificar a **ocorrência de prejuízo** decorrente da execução das despesas no âmbito dos TC 01/2020 e TC 02/2020 utilizou-se para análise as informações constantes do último Plano de Trabalho aprovado pela SEDES/DF de cada Termo de Colaboração. Além disso, considerou-se a metodologia de cálculo utilizada na última Dispensa de Chamamento Público, ou seja, estimativa de preços da Instalação da Estrutura somada ao valor mensal pago por pessoa atendida conforme Portaria 290/2017. A análise detalhada realizada consta do PT 02, e-DOC 5687C0D2.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Quadro 6. Execução das despesas dos TC 01/2020 e TC 02/2020

Total estimado para execução do objeto conforme critério da Nota Técnica 15/2020 versus valores executados nos TC 01/2020 e 02/2020				
	Valor estimado para 6 períodos	Valor executado no TC 01/2020 (pág. 1818)	Valor estimado para 5 períodos	Valor executado no TC 02/2020 (pág. 1020)
Estrutura Física	R\$ 1.615.332,69	R\$ 1.184.365,43	R\$ 1.366.534,81	R\$ 922.157,73
Demais gastos (R\$ 1.620,73 mês/pessoa)	R\$ 1.944.876,00	R\$ 2.155.532,44	R\$ 1.620.730,00	R\$ 1.585.903,04
Total	R\$ 3.560.208,69	R\$ 3.339.897,87	R\$ 2.987.264,81	R\$ 2.508.060,77
Percentual valor estimado versus executado		-6%		-16%
Valor da despesa por pessoa/mês		R\$ 1.796,28		R\$ 1.585,90
Percentual do gasto por pessoa previsto versus executado		11%		-2%

Fonte: PT 02, e-DOC 5687C0D2

86. Conforme quadro acima, o valor total executado de ambas as parcerias ficou abaixo dos valores estimados pela administração pública. Porém, no que tange ao **gasto por acolhido**, o TC 01/2020 **despendeu valores 11% acima do previsto na Portaria 290/2017**.

IV.4.3 – TC 01/2020: Ausência de formalização da redução do custo global da parceria

87. Conforme já mencionado no parágrafo 67 dessa Instrução, apesar do TC 01/2020 ter ocorrido com base em valores com **sobrepreços**, a irregularidade foi detectada pelas gestoras de parceria, sendo **solicitado ao Instituto Tocar a revisão de todo o planejamento orçamentário**, conforme extratos da Nota Técnica 2/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento

(...)

88. O Instituto Tocar, atendendo à solicitação das Gestoras de Parceria, apresentou **nova planilha de custos**, na qual há diversas **alterações** aprovadas pela SEDES/DF, tais como aumento de seguranças, de educadores, aluguel de celulares, dentre outros. Na recomposição de itens e preços o **custo do serviço global foi readequado** para R\$ 1.813.582,19, ou seja, **redução de 24%** em relação ao valor inicialmente acordado, R\$ 2.394.837,70 (e-DOC E93EE009, pág. 1221/1247).

89. **Em que pese a redução dos valores por parte da parceira**, bem como informação das gestoras sobre a economia de recursos públicos (e-DOC E93EE009, pág. 1206), **não consta dos autos Termo Aditivo formalizando a recomposição e a redução do custo global da parceria**, necessitando, portanto, de **esclarecimentos por parte da SEDES/DF**.

27. Diante dos achados, necessária a manifestação da Jurisdicionada acerca das irregularidades relacionadas ao **preço global do TC nº 1/2020** celebrado com o Instituto Tocar, especialmente considerando que, apesar da informação acerca da revisão do planejamento orçamentário por parte da contratada, não consta dos autos Termo Aditivo de formalização da **recomposição e redução** do custo global da avença.

28. No que diz respeito à **execução** do objeto das parcerias, apesar da designação formal dos Gestores, bem como da adequação dos registros documentais acerca do trabalho de acompanhamento e a fiscalização dos ajustes, a Unidade Técnica elencou nos **Achados 9** (falhas nas alterações do TC 01/2020), **10** (ausência de atuação da Comissão de Monitoramento



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

e Avaliação – TC 01/2020 e TC 02/2020) e **11** (ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020) apontamentos que suscitam esclarecimentos da Jurisdicionada.

29. De um lado, verificou-se a necessidade de informações acerca das medidas adotadas pela SEDES/DF em razão das **inconsistências** no trâmite do 2º Termo Aditivo ao TC nº 1/2020, bem como da **inexistência** nos autos dos TCs nº 1/2020 e nº 2/2020 da atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria SEDESTMIDH nº 257/2018. Neste aspecto, com razão o Corpo Instrutivo ao concluir que, considerando a **relevância, materialidade e complexidade** do objeto executado, a atuação preventiva e saneadora da Comissão de Monitoramento e Avaliação é essencial, conforme previsto nos arts. 45 e 49 do Decreto nº 37.843/2016, haja vista, também, a exigência de homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, a teor do art. 47 do normativo.

30. De outro lado, o exame de regularidade identificou que o site da **Associação Mãos Solidárias** **não contém** informações acerca da pareceria estabelecida por meio do TC nº 2/2020, em desacordo com o disposto nos arts. 79 e 80 do Decreto nº 37.843/2016.

31. Por fim, atinente ao **Achado 12** (atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020), tendo sido constatado que o Centro de Convivência Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, gerido pelo Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social, no âmbito do TC nº 2/2018 e aditivos, passou a acolher, desde abril de 2020, 105 pessoas com a finalidade de oferecer alojamento temporário para pessoas em situação de rua no contexto das medidas adotadas pela SEDES/DF para o enfrentamento do coronavírus, necessário que o Tribunal determine à Jurisdicionada que conceda **acesso imediato** ao processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18, em cumprimento ao estabelecido no referido **Decisum**.

32. A par dessas considerações, o MPC/DF **converge** com as conclusões e proposições apresentadas pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública na Informação nº 71/2020 – DIASP2.

É o Parecer.

Brasília, 9 de novembro de 2020.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral